



ATA DA 278ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COTIA – CMDCA/SP

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, realizou-se, por videoconferência (plataforma Zoom), a 278ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cotia – CMDCA/SP. Estiveram presentes representantes do Poder Público: Dr. Mauro Tadei (Secretaria de Assuntos Jurídicos e Justiça), Vivian Viana da Silva Arata (Secretaria de Desenvolvimento Social e Periferias), Patrícia de Souza (Secretaria de Educação), e Polyana Carvalho (Secretaria de Saúde); da Sociedade Civil: Robson Aparecido Dias (Casa de Apoio), Rosângela Dias de Carvalho Rodrigues (Wantuil de Freitas), Janice Jane Testa Silva (Fundação Maria Carolina), Gabrieli Antunes (Grupo Emmanuel), Gilmar José de Almeida (Instituto AME), Yasmin Santos Amaral (Apae) e Ayde Sumiko Kaiya (Casa do Moinho); e da OAB: Fabiana Porfírio Gregório. Também participaram representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e convidados: Edith H. Landenberger (TABEA), Larissa Cassiano (Grupo Emmanuel), Amanda Ferreira e Marília Alves (Abrahipe), Geuza Franca (Alfa), Gabriel Santos (Associação Família Nova Aliança), Verônica Lima e Gisele Brito (A Semente), Maria Fernanda (Paullus), Renata Boqueio (Associação Filantrópica Criança Feliz), do Conselho Tutelar de Cotia Bruna Ferreira e, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e Periferias, Claudinéia Magalhães e Mary Teófilo. A presidente Vivian Viana abriu os trabalhos após a verificação do quórum, dando início à pauta do dia: **1 – Apresentação para deliberação da 277ª ata da reunião ordinária e da 32ª ata da reunião extraordinária:** A presidente submeteu à votação a forma de aprovação das atas, questionando se a leitura deveria ser feita integralmente durante a reunião ou se manteria o envio prévio para leitura antecipada e posterior aprovação em plenária. Por decisão da maioria, ficou definido que as atas serão enviadas previamente aos participantes, permitindo a leitura antecipada. Durante a reunião, será realizada apenas a confirmação da aprovação, com a abertura de espaço para eventuais comentários ou correções. Nos casos em que forem tratados temas sensíveis, como questões financeiras ou parcerias institucionais, a ata deverá ser lida integralmente durante a reunião. **2. Apresentação do parecer da Comissão de Análise de Documentos – Pedidos de inscrição e/ou renovação de entidades no CMDCA:** Vivian Viana informou que a comissão analisou os pedidos de renovação de inscrição junto ao CMDCA das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e emitiu parecer favorável à renovação da inscrição das seguintes instituições: 1. FADA - Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Autista - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para Jovens e Adultos com Autismo e 2. Associação Família Nova Aliança, SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente de 0 a 17 anos e 11 meses. Informou também que a comissão fez apontamentos referentes aos serviços prestados pelas instituições FADA. Foi constatada a ausência de três atestados de antecedentes criminais exigidos conforme a resolução vigente. Diante disso, a proposta da comissão é que a certificação do serviço esteja condicionada à entrega dos referidos atestados, garantindo o cumprimento integral das exigências legais e SAICA Nova Aliança identificou-se uma inconsistência no CNPJ da instituição, que não contempla a atividade de acolhimento institucional ou qualquer outra atividade vinculada à assistência social, conforme consta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Apesar disso, reconhece-se que o serviço está em funcionamento no município há mais de um ano, prestando atendimento contínuo. Sendo assim, a comissão considera o parecer favorável à continuidade do serviço, recomendando, contudo, que a instituição regularize a descrição de suas atividades junto à Receita Federal, atualizando seu CNPJ para refletir adequadamente os serviços prestados. 3. Vida - Casa de Apoio da Granja Viana - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos. 4. Projetos do CEPRO - Centro Profissionalizante Rio Branco e o CES - Centro De Educação Para Surdos. Por decisão unânime, a plenária aprovou as renovações das referidas instituições. 5. Sobre a Associação Ágape, também submetida à análise desta comissão, a presidente informou que foi realizada uma reunião prévia com a diretora, Sra. Edith, para tratar da solicitação de certificação da instituição. Explicou que a comissão identificou a existência de outra



entidade, a TABEA, que presta o mesmo serviço e utiliza o mesmo relatório de atividades e, inclusive, a mesma documentação apresentada. Na sequência, a vice-presidente, Dra. Fabiana, fez uso da palavra e esclareceu que, diante dessa duplicidade, a comissão orientou que a responsável pela Associação Ágape regularizasse a situação antes de apresentar nova solicitação ao CMDCA. Ressaltou-se que há um conflito, uma vez que não é possível certificar duas instituições com a mesma proposta e documentação. Para que a Ágape possa ser certificada, será necessário dar baixa na inscrição da TABEA. Após essa regularização, a instituição poderá, a qualquer momento, apresentar novo pedido de inscrição do serviço prestado pela Ágape. Em seguida, a plenária aprovou, por unanimidade, o parecer desfavorável da comissão quanto ao pedido de certificação da Associação Ágape.

3. Atualização das Comissões Permanentes: A presidente informou os membros nomeados das comissões permanentes existentes, compostas por conselheiros e convidados. Após a apresentação, ficou definido que seriam excluídos os membros que não integram mais o conselho na atual gestão, e incluídos novos participantes. Comissão de Análise de Documentos: Mantiveram-se os mesmos membros e convidados anteriores, com a inclusão de Ayde e Gabrielli. Comissão de Políticas Públicas: Foram excluídas Noeli Cristina de Almeida e Patrícia Soares. Foram incluídos Gilmar e Rosângela Dias. Comissão de Finanças e Prestação de Contas: Marcio Luiz foi excluído. Os convidados permaneceram os mesmos, e foi incluída Sra. Edith. Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Ação do Conselho Tutelar: Foram excluídos Márcio e Carlos Eduardo, e incluída Patrícia, representante da Educação.

4. Apresentação do Extrato Mensal do FUCONDI: A Sra. Claudinéia Magalhães apresentou a projeção do extrato mensal do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUCONDI), com o objetivo de fornecer transparência e permitir o acompanhamento das informações financeiras pelo conselho. O saldo atual do fundo é de R\$ 5.403.659,81. Vivian destacou a importância do demonstrativo e sugeriu que sua apresentação passe a integrar, de forma permanente, a pauta de todas as reuniões mensais do conselho.

5. Abertura de edital para preenchimento de vaga de conselheiro (a) suplente: A presidente comunicou a existência de uma vaga aberta para conselheiro (a) suplente e submeteu à votação a abertura do edital para preenchimento dessa vaga. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi formada a comissão eleitoral, composta por Robson Dias e Vivian Viana.

6. Plano Decenal de Medidas Socioeducativas: Foi verificada a presença de representantes da comissão responsável pelo Plano Decenal de Medidas Socioeducativas. Como, naquele momento, não havia representantes da comissão e do CREAS, a presidente sugeriu que o tema fosse incluído novamente na pauta da próxima reunião ordinária do conselho.

7. Escuta Especializada: Vivian informou que o processo de contratação da empresa responsável pela implantação do serviço encontra-se em fase de licitação. Destacou que está acompanhando de perto o andamento para compreender em que estágio se encontra o processo. Diante disso, o tema permanecerá na pauta da próxima reunião, a fim de que sejam apresentadas informações concretas e atualizadas sobre a contratação da empresa responsável pela escuta especializada.

8. Assuntos Gerais e Demais Temas Pertinentes ao CMDCA: No último item da pauta, a presidente informou que recebeu da vice-presidente, Dra. Fabiana, um plano de trabalho com proposta de capacitação para o CMDCA, incluindo uma proposta específica voltada à capacitação dos conselheiros de direitos. Também comunicou que manteve diálogo com a mesa diretora, que reconheceu a importância de compreender plenamente o papel do conselho e atuar de forma correta e efetiva. Por isso, informou à plenária que está sendo organizado um plano de trabalho para o conselho, com ações planejadas ao longo do ano, alinhadas a datas significativas que devem ser marcadas por reflexões e mobilizações. Como exemplo, citou o setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio. A intenção é evitar ações improvisadas, priorizando planejamento e programação prévia, com iniciativas efetivas ao longo do ano. Além disso, propõe que datas como o maio Laranja, dedicado ao combate à exploração sexual infantil, não sejam tratadas apenas como eventos isolados, mas como parte de uma mobilização contínua. Disse que já existe um esboço desse plano de trabalho, que contempla tanto capacitações quanto ações estruturadas dentro da atuação do conselho. O objetivo é fortalecer a presença, atuação e compromisso do conselho com suas atribuições, o que demanda planejamento, capacitação e mobilização. Por fim, reforçou a importância



da capacitação para o Conselho Tutelar, incluindo a formação dos conselheiros para os serviços e a participação em palestras. **Família Acolhedora:** O Robson Dias informou que a Comissão de Políticas Públicas está acompanhando o tema da Família Acolhedora. Recentemente, foi realizada uma visita ao projeto que já está em funcionamento no município vizinho “Osasco/SP”. Ele destacou a necessidade de a Comissão definir um calendário para discutir essa proposta com maior profundidade, considerando as diversas sugestões presentes nos documentos disponíveis. Em Osasco, por exemplo, o programa tem garantido que bebês não sejam encaminhados diretamente aos abrigos, sendo acolhidos por famílias voluntárias, o que oferece um ambiente mais adequado e humanizado. Além disso, estudos indicam que quando a criança passa pelo acolhimento familiar antes de ser encaminhada à família definitiva, o processo de adaptação é mais tranquilo, menos traumático e muito mais eficaz. Isso evita situações em que o bebê permanece em abrigo junto com outras crianças, em um ambiente mais complicado. Mencionou que durante a visita, os representantes do programa apresentaram esses dados e experiências de forma bastante positiva. Por isso, reforçou a importância de avançar nessa discussão e trabalhar em conjunto para trazer essa iniciativa para o município de Cotia. **Processo nº 36147/2025 – Referente a Informações Judiciais:** a presidente informou que a Promotoria de Justiça oficiou a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Periferias, bem como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para que, em conjunto com a rede de proteção, elaborem políticas públicas e estabeleçam fluxos de atuação voltados aos casos em que adolescentes e seus familiares não aderem aos encaminhamentos propostos. O objetivo é, sobretudo, garantir o direito à educação, conforme previsto em lei. As entidades oficiadas deverão encaminhar, no prazo de 60 dias, a ata da reunião realizada com as devidas deliberações sobre as medidas a serem adotadas. Surgiu uma dúvida relacionada aos casos de evasão escolar, e Patrícia de Souza explicou o procedimento adotado nesses casos. A equipe gestora das unidades escolares é orientada a comunicar os pais ou responsáveis sobre as ausências dos alunos. Caso o problema persista, o Conselho Tutelar deve ser acionado. Todos os procedimentos estão respaldados pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Após a discussão, ficou acordado que os seguintes temas serão debatidos nas próximas reuniões: Plano Decenal de Medidas Socioeducativas, Escuta Especializada, além do planejamento das ações. Sem novas manifestações ou assuntos a tratar, a reunião foi encerrada. A ata será aprovada e assinada pela presidente e pela secretária do CMDCA na próxima reunião ordinária.

Vivian Viana da Silva Arata
Presidente

Patrícia de Souza Yamaschita
1ª Secretária